

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Senhores Acionistas

O Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetem à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

As mencionadas demonstrações contábeis estão disponíveis no site da CET – www.cetsp.com.br - link “Informações Institucionais”.

A Administração

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013
(EM R\$ MIL)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, empresa de economia mista da Prefeitura do Município de São Paulo, constituída pela Lei nº 8.394 de 28 de maio de 1.976, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem por objetivo a prestação de serviços e execução de obras relacionadas com a operação, manutenção e ampliação do sistema de tráfego da Cidade de São Paulo, através do controle e avaliação de desempenho da malha viária, elaboração de estudos, projetos e pareceres sobre a sinalização semafórica e viária, desenvolvimento de sistemas especiais, treinamento e educação de trânsito e transporte e exploração de estacionamento rotativo, denominado Zona Azul, em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 2.1.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, apresentadas comparativamente com as levantadas em 31/12/13, expressas em reais mil.
- 2.2.** A moeda funcional utilizada pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, expressas em reais mil.
- 2.3.** As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.
- 2.4.** As práticas contábeis modificadas em função das alterações na legislação societária não afetaram o resultado ou o patrimônio líquido da Sociedade no período abrangido pelas demonstrações contábeis divulgadas. As alterações ocorreram somente em relação à reclassificação entre itens do ativo não circulante.
- 2.5.** As demonstrações contábeis da Companhia são de responsabilidade da Administração e são elaboradas, pressupondo-se a continuidade normal das operações, com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Em função do mesmo Pronunciamento, a Sociedade fez as seguintes opções:

- a) Reclassificou as Imobilizações Intangíveis constante do Ativo Imobilizado para o subgrupo Intangíveis do Ativo Não Circulante;
- b) Manteve os critérios utilizados para determinação da vida útil dos direitos do ativo imobilizado e intangível, optando por revisar e ajustar os mesmos, se necessário, no exercício de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores ao mercado.

b. Depósitos Judiciais

Registrados pelo valor dos depósitos, atualizados pela TR até a data do balanço.

c. Investimentos

São demonstrados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Constituiu-se em 2003, Provisões para Perdas dos Investimentos incentivados no montante de R\$ 16 mil.

d. Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear.

e. Intangível

É registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A amortização é calculada pelo método linear.

f. Fornecedores

Estão demonstrados pelos compromissos assumidos, acrescidos dos reajustes contratuais incidentes até a data da entrega dos bens e/ou materiais ou da efetiva prestação de serviços.

g. Provisão para Férias e Encargos

Constituída pelos períodos vencidos e proporcionais, acrescidos dos encargos sociais aplicáveis, até a data do balanço.

<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>43.025</u>	<u>38.417</u>

h. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas e outras receitas operacionais), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros e outros, incluindo a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras que possam ser sacados a qualquer momento com riscos insignificantes de alteração de valor.

DESCRIÇÃO	2014	2013
Bancos Conta Movimento	545	349
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	488	20.457
Total	1.033	20.806

A seguir apresentamos a movimentação para a conta de Títulos Vinculados ao Mercado Aberto.

Descrição	Tipo Aplicação	Saldo 31/12/2013	Aplicação	Resgate	Rendimentos	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2014
Corretora BB	Fundo Investimento	15.231	28.161	(43.358)	54	(8)	(26)	54
Corretora Caixa Econ. Federal	Fundo Investimento	-	153	-	3	-	-	156
Corretora Caixa Econ. Federal	Fundo Investimento	5.226	516.079	(521.724)	1.425	(125)	(881)	-
Corretora Itau Cod. 132782	Fundo Investimento	-	43.549	(43.286)	50	(5)	(30)	278
TOTAL		20.457	587.942	(608.368)	1.532	(138)	(937)	488

As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação da CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prefeitura Município São Paulo – PMSP - Contrato nº 01/13	-	33.162
Prefeitura Município São Paulo – PMSP – Contrato nº 01/14	18.281	-
PMSP - Portaria SF 32/05 (a)	2.363	2.363
PMSP - Indenizações de 2005 a 2012 e 2014 (b)	101.325	63.833
Exploração de Estacionamento Rotativo - Zona Azul	15.523	16.024
Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo	45.978	36.100
Outras	1.711	2.099
	<u>185.181</u>	<u>153.581</u>

- (a) Saldo remanescente, correspondente a serviços prestados nos exercícios de 1999 a 2004 à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT, nos termos do Decreto nº 47.720/05, Portaria Intersecretarial 1/SGM/SF/SJ/SEMP/2005 e de acordo com o cronograma estabelecido pelas Portarias da Secretaria Municipal das Finanças – SF n.º 31/05; 32/05 e 35/05.
- (b) Créditos correspondentes a serviços essenciais e imprescindíveis de engenharia de tráfego e educação de trânsito, prestados à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT, no período de 2005 a 2012 e 2014 sem contrato e/ou sem empenho. Os serviços foram reconhecidos pelo Departamento de Operação do Sistema Viário – DSV daquela Secretaria nos Processos Administrativos, a saber:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	EXERCÍCIO	2014	2013
2005-0.213.600-2	2005	283	283
2007-0.240.231-8	2007	4.833	4.833
2008-0.225.788-3	2008	12.007	12.025
2009-0-330.310-4	2009	633	633
2009-0.330.336-8	2009	1.311	1.311
2010-0.064.309-0	2010	11.917	11.917
2012-0.021.586-5	2011	31.363	31.363
2013-0.105.398-4	2012	1.468	1.468
2014-0.304.565-4	2014	2.545	-
2014-0.304.516-6	2014	2.174	-
2014-0.336.118-1	2014	2.241	-
2014-0.336.148-3	2014	2.694	-
2014-0.336.139-4	2014	3.099	-
2014-0.336.127-0	2014	18.643	-
2014-0.336.170-0	2014	2.279	-
2014-0.336.183-1	2014	144	-
2014-0.336.157-2	2014	3.691	-
		<u>101.325</u>	<u>63.833</u>

5.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Foram constituídos nos exercícios de 2000 a 2012 e 2014 provisões de R\$108.407 mil sobre receita de serviços essenciais e imprescindíveis de gestão do trânsito da Cidade de São Paulo, prestados à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os quais não estavam suportados por empenhos, em função da insuficiência de recursos orçamentários, demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gestão de Trânsito da Cidade de São Paulo	101.801	64.308
Detecção de Velocidade / Guinchamento Veículos	331	346
Eventos Estratégicos para Cidade de São Paulo - PMSP	6.275	4.683
Goodmix Com. e Repres. Prods. Aliment. Serviços Ltda	14.048	14.048
Outros	566	256
	<u>123.021</u>	<u>83.641</u>

6. ESTOQUES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Material de Sinalização Viária	3.745	4.442
Peças e Acessórios para Veículos	699	757
Combustíveis	92	136
Talões de Zona Azul	3	56
Suprimentos	1.701	852
	<u>6.240</u>	<u>6.243</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxas Depreciação	2014			2013
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Aparelhos e Instr. Técnicos	10%	1.990	(1.373)	617	656
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	4%	6.188	(4.915)	1.273	1.459
Computadores, Micros e Perif.	20%	13.626	(11.939)	1.687	672
Imóveis	8%	16.608	(713)	15.895	15.829
Instalações	10%	3.474	(2.328)	1.146	422
Máquinas e Equipamentos	10%	3.731	(3.511)	220	-
Móveis e Utensílios	10%	4.869	(3.619)	1.250	1.275
Veículos	20%	52.179	(48.077)	4.102	5.224
Outros Bens	10%	219	(199)	20	26
		<u>102.884</u>	<u>(76.674)</u>	<u>26.210</u>	<u>25.563</u>

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Conta	Saldo Líquido 31.12.2013	Adições	Baixas/Transf.	Saldo Líquido 31.12.2014
Imobilizações Técnicas				
Aparelhos e Instrumentos Técnicos	2.024	2	(198)	1.828
Aeronaves	423	-	(423)	-
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	5.792	-	-	5.792
Computadores e Periféricos	11.891	1.629	-	13.520
Ferramentas em Geral	118	-	-	118
Instalações	2.339	671	220	3.230
Máquinas e Equipamentos	3.490	53	-	3.543
Móveis e Utensílios	4.243	154	-	4.398
Veículos	51.854	-	-	51.854
Vídeos Educacionais e Jornalísticos	93	-	-	93
Imóveis/Prédios	16.223	385	-	16.608
Imobilizado em Andamento	80	140	(220)	-
Imobilizado Complementar - IPC/90	2.327	-	(425)	1.901
Total Imobilizado Técnico	100.897	3.034	(1.047)	102.884
Total Depreciação Acumulada	(75.334)	(7.067)	5.727	(76.674)
Total Imobilizações Técnicas	25.563	(4.033)	4.680	26.210

8. INTANGÍVEL

Software e Outros	Taxas Amortização 20%	2014			2013
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
		8.660	8.219	441	469

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Imobilizações Intangíveis	Saldo 31/12/2013	Adições	Saldo 31/12/2014
Direito de Uso Linhas Telefônicas	7	-	7
Software	8.465	182	8.647
IPC/90 - Direito de Uso Linhas Telefônicas	6	-	6
(-) Amortização Intangível	(8.009)	(210)	(8.219)
Total	469	(28)	441

9. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado é representado em 2014 por 104.276.959 (34.265.706 em 2013) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Sendo a Participação acionária da Prefeitura do Município de São Paulo de 99,99999%.

9.1. INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Conforme deliberado em assembleia geral extraordinária dos acionistas, realizada em 15 de julho de 2014, a companhia integralizou 70.011.253 (setenta milhões, onze mil, duzentas e cinquenta e três) novas ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, correspondentes ao aumento do capital social de R\$ 34.265.706,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e setecentos e seis reais) para R\$ 104.276.959,00 (cento e quatro milhões, duzentos e setenta e seis mil e novecentos e cinquenta e nove reais), alterando o disposto do art. 4º do Estatuto Social, em cumprimento às determinações da lei das S.A. 6.404/76, art. 11 Parágrafo 2º e art. 12 e art. 109, inciso IV.

10. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, instituída pela Lei nº 11.941/09, para o pagamento do saldo remanescente do Termo de Amortização de Dívida Fiscal – TADF nº 60.178.723-4 relativas às contribuições do período de novembro, dezembro e 13º salário do exercício de 2000.

Foram também objeto deste programa de parcelamento as Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos – NFLD,s, emitidas pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS nos exercícios de 1981, 1995 e 2000.

Os débitos serão pagos em 161 parcelas, remanescem em 31/12/14 - 118 parcelas.

Nos termos dos prazos estabelecidos no programa de parcelamento, os débitos foram segregados no Passivo em curto e longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

NFLD'S	2014	2013
Circulante	1.907	1.776
Não Circulante	16.973	17.569
Total	18.880	19.345

11. IMPOSTO DE RENDA - PREJUÍZOS FISCAIS

O valor dos prejuízos fiscais acumulados a compensar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 19.215 mil (R\$ 20.174 mil em 2013).

12. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A base negativa a compensar da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 27.471 mil (R\$ 28.393 mil em 2013).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Movimentação	Saldo 2013	Provisão no Exercício	Atualização	Reversão de Provisões/ Pagamentos	Saldo 2014
Contingências Trabalhistas	32.409	11.705	3.518	(16.091)	31.541
Contingências Cíveis	8.253	35.432	15.362	(8.134)	50.913
Total	40.662	47.137	18.880	(24.225)	82.454

Estão registrados nesta conta, no grupo Passivo Não Circulante, o montante de R\$ 82.454 mil, referentes a:

- a. Os processos trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia amparada no parecer de sua Assessoria Jurídica. Para os casos em que há expectativa de perdas, constituiu-se provisão no montante de R\$ 31.541 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 32.409 mil em 2013). Ainda, segundo avaliação da administração da Companhia há processos trabalhistas não provisionados e classificados da seguinte forma:

Classificação	2014 (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)
Possível	1.642	1.864
Remota	1.518	2.773

- b. A Companhia está contestando ações de cobrança movidas por ex-fornecedores a título de atualização de débitos pagos em atraso e outras ações cíveis. Foi provisionado o montante de R\$ 50.913 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 8.253 mil em 2013), considerando-se o risco, avaliado pela Assessoria Jurídica da Companhia, de ser eventualmente condenada ao pagamento por via judicial. Dentre as ações, destaca-se a movida pela SABESP, que o STF julgou desfavorável a CET. O montante original em 04/14 era de R\$ 38.478 mil, que atualizados somam R\$ 39.674 mil. Da mesma forma e segundo avaliação da companhia há processos cíveis não provisionados classificados da seguinte forma:

Classificação	2014 (R\$ mil)	2013 (R\$ mil)
Possível	15.466	4.049
Remota	2.391	2.666

14 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

14.1 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA FINDA EM DEZEMBRO

Em cumprimento ao disposto na CPC 30 (R1) - Receita, segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. Nas práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da sociedade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que na demonstração do resultado devam constar somente a receita líquida, por representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita Operacional		
Serviços de Engenharia de Tráfego	701.775	626.694
Exploração de Estacionamento Zona Azul	58.839	59.818
Eventos Diversos	21.725	19.814
Estacionamentos	<u>377</u>	<u>-</u>
	<u>782.716</u>	<u>706.326</u>
Deduções à Receita Operacional		
Impostos e Contribuições	<u>(76.471)</u>	<u>(69.385)</u>
	<u>(76.471)</u>	<u>(69.385)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>706.245</u>	<u>636.941</u>

15 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os valores relativos às contas de Impostos e Contribuições a Recuperar – R\$ 76.706 mil (Ativo) e de Impostos e Contribuições a Recolher – Tributárias – R\$ 32.511 mil (Passivo), que não estavam devidamente amparados por controles internos adequados que garantissem a efetiva realização, quanto às conta do Ativo e a efetiva obrigação, quanto às contas de Passivo. Foram desenvolvidas análises e conciliações nas referidas contas, sendo constatada a necessidade de se ajustar os referidos saldos. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal conheceram a opinião com ressalva emitida no Relatório dos Auditores Independentes, em 28/03/2014, sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2013 e foram devidamente informados de que a Diretoria da Companhia contratou empresa especializada para auxiliar no referido processo de análise e conciliação das citadas contas contábeis.

A Administração da CET, entende que o valor líquido dos ajustes de exercícios anteriores seja imaterial e que os efeitos para se apurar a sua reapresentação sejam irrelevantes e não apresentou o ajuste retrospectivamente de conformidade com o item 43, da NBC TG 23 (R1), portanto o valor líquido de R\$ 5.935 foi registrado contra o grupo do Patrimônio Líquido, originado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	AJUSTES A DÉBITO	AJUSTES A CRÉDITO	AJUSTE – VR.LÍQUIDO
CSSL	(5.217)	-	-
IR	(13.977)	-	-
COFINS	(10.986)	17.024	-
COFINS/INSS/PASEP (Retenção)	(102)	-	-
PASEP	(1.998)	58	-
Outros Impostos	(37)	-	-
ISS	(98)	5.075	-
Depreciação de Veículos	-	4.323	-
Total	(32.415)	26.480	(5.935)

A CET aproveitou a apuração dos citados ajustes para os impostos e para as contribuições sociais e ajustou, também contra o grupo de Patrimônio Líquido, o saldo da conta de depreciações acumuladas, para a conta de Veículos, no valor de R\$ 4.323, demonstrada no quadro anterior, em função de cálculo efetuado a maior em exercícios anteriores.

16 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia de Engenharia de Tráfego, mantém com a MAPFRE seguros, apólice de seguros para incêndios e riscos diversos do Ativo Imobilizado e estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

17 – LEI 12.973 DE 13 DE MAIO DE 2014 (MP nº 627 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013)

“Foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013 a Medida Provisória nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que dispõe sobre a tributação dos lucros auferidos no exterior por pessoa jurídica e física residente ou domiciliada no Brasil.

A MP tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, conseqüentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

A Companhia de Engenharia de Tráfego adotará a referida lei e entende que a sua adoção deverá resultar em ajustes não relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

18 - EVENTOS SUBSEQUENTES À EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A CET analisou os eventos subsequentes até o dia 07 de Abril de 2015 que é a data de entrega da carta da sua administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JILMAR AUGUSTINHO TATTO
Presidente

FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES
Conselheiro

EDISON RODRIGUES FERREIRA
Conselheiro

FLAVIUS AUGUSTO OLIVETTI ALBIERI
Conselheiro

JOEL ANGRISANI JÚNIOR
Conselheiro

MARIA LUIZA LEITE MACIEL
Conselheira

ROGÉRIO DOS ANJOS ARAÚJO
Conselheiro

PEDRO TOMÁS DO CANTO BENEDETTI
Conselheiro

JETER LUIZ GOMES
Conselheiro

DÉCIO PEREIRA DE MORAES
Conselheiro

DIRETORIA

JILMAR AUGUSTINHO TATTO
Diretor Presidente

MAURÍCIO REGIO
Diretor de Operações

MARIA LUCIA BEGALLI
Diretora Administrativa e Financeira

LEANDRO LEME CAMARGO
Diretor de Representação

GERÊNCIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

FLÁVIO DAMMOUS
Gerente de Orçamento, Custos e Contabilidade

FRANCISCO TADEU GONÇALVES
Contador - CRC nº 1SP106068/O-0

CET - BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em R\$ Mil)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.033	20.806
Contas a Receber	5	185.181	153.581
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos	5.1	(123.021)	(83.641)
Estoques	6	6.240	6.243
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros		7.377	6.099
Impostos e Contribuições a Recuperar		38.981	76.706
Despesas do Exercício Seguinte e Outros Créditos		2.357	4.613
		<u>118.148</u>	<u>184.407</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a Receber		20	20
Depósito Judicial e Outros Créditos		4.444	5.119
		<u>4.464</u>	<u>5.139</u>
Investimento		18	18
Imobilizado	7	26.210	25.563
Intangível	8	441	469
		<u>31.133</u>	<u>31.189</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>149.281</u></u>	<u><u>215.596</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em R\$ Mil)

PASSIVO	Notas	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		47.914	47.610
Salários a Pagar		3.645	3.037
Provisão Férias e Encargos	3G	43.025	38.417
Encargos Sociais e FGTS a Recolher		11.025	12.521
Impostos e Contribuições a Recolher - Tributárias		12.214	32.511
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		-	1.007
Provisão para Contribuição Social Diferida		-	1.130
Adiantamento de Clientes		2.811	2.768
Processos Julgados		3.048	32
Receitas Antecipadas - CEF		3.082	3.082
Outras Contas a Pagar		4.994	6.314
		131.758	148.429
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento	10	16.973	17.570
Provisão para Contingências	13	82.454	40.662
Receitas Antecipadas - CEF		3.338	6.420
		102.765	64.652
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	9	104.276	34.265
Reserva de Capital		1.272	1.272
Prejuízos Acumulados		(192.229)	(104.472)
		(86.681)	(68.935)
Adiantamento para Aumento de Capital		1.439	71.450
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(85.242)	2.515
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		149.281	215.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CET - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em R\$ Mil)**

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	<u>706.245</u>	<u>636.941</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		<u>(587.375)</u>	<u>(527.644)</u>
LUCRO BRUTO		<u>118.870</u>	<u>109.297</u>
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Pessoal e Encargos		(100.542)	(96.691)
Honorários da Administração		(997)	(723)
Gerais e Administrativas		(120.265)	(50.563)
Despesas Financeiras		(1.602)	(1.492)
Receitas Financeiras		2.649	1.857
Outras Receitas Operacionais		<u>20.065</u>	<u>26.394</u>
		<u>(200.692)</u>	<u>(121.218)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(81.822)</u>	<u>(11.921)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$ MIL		<u>(0,0008)</u>	<u>(0,0003)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET
SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A companhia não apresentou estudo que atenda as orientações da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R2) – Imobilizado, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como do teste de recuperabilidade, que devem ser revisados e testados, pelo menos, ao final de cada exercício. Em virtude da ausência dessas informações, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Companhia, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício.

As demonstrações contábeis acima referidas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma entidade em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis, a companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 85.242 mil em 31 de dezembro de 2014. A continuidade normal da companhia dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações de curto e longo prazo. A companhia não apresentou nota explicativa, nem plano de ação diante da atual situação econômico-financeira para compatibilizar os fluxos financeiros com as suas operações.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafo de ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9.1, de que conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, realizada em 15 de julho de 2014, a companhia integralizou 70.011.253 novas ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, correspondente ao aumento do capital social de R\$ 34.266 mil para R\$ 104.277 mil, alterando o disposto do artigo 4º do Estudo Social em cumprimento às determinações da Lei nº 6.404/76. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 – Ajustes de Exercícios Anteriores, os valores relativos às contas de Impostos e Contribuições a Recuperar e de Impostos e Contribuições a Recolher – Tributárias, que não estavam devidamente amparados por controles internos adequados que garantissem a efetiva realização, quanto às conta do Ativo e a efetiva obrigação, quanto às contas de Passivo. Foram desenvolvidas análises e conciliações nas referidas contas, sendo constatada a necessidade de se ajustar os referidos saldos. A Administração da CET entende que o valor líquido dos ajustes de exercícios anteriores (R\$ 5.935) é imaterial e que os efeitos para se apurar a sua reapresentação são irrelevantes e não apresentou o ajuste retrospectivamente de conformidade com a NBC TG 23 (R1). Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013 a Medida Provisória nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que dispõe sobre a tributação dos lucros auferidos no exterior por pessoa jurídica e física residente ou domiciliada no Brasil. A MP tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, conseqüentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. Em 13 de maio de 2014, foi promulgada a Lei 12.973, convertendo a referida MP em Lei. A CET realizou análise da Lei nº 12.973 de 2014, e não identificou situação que a fizesse aderir de forma antecipada aos preceitos da referida Lei no ano-calendário de 2014, optando pela aplicação no exercício seguinte. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2014, com as seguintes ressalvas de que a companhia apresentou um saldo de R\$ 76.705 mil em 31/12/2013 referente a impostos a recuperar, sendo que os controles mantidos para os mesmos são insuficientes, não garantindo que esse ativo seja totalmente recuperável. A companhia tem tomado às medidas necessárias para a contratação de empresa especializada que fará o levantamento desses créditos; e de que a companhia não realizou estudos para determinar a vida útil econômica estimada e o valor residual dos bens, conforme determina a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 25.563 mil em 31/12/2013, e continua depreciando seu ativo imobilizado às taxas sugeridas pelas autoridades fiscais. Sendo assim, não foi possível concluir sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais ajustes, para que estes ativos estivessem apresentados pelos seus valores justos de realização e/ou liquidação, conforme determinado pelas práticas contábeis. No exercício de 2013 a companhia contratou empresa especializada para efetuar o levantamento físico dos bens, sendo que o resultado desse trabalho estava sendo avaliado pela administração da companhia.

São Paulo, 07 de abril de 2015.



UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC 1 RS 68603 S SP
CNAI N° 1128
Sócio - Responsável Técnico